

PREOCUPAÇÃO SOBERANA

Para um país que se diz soberano, o Brasil anda demasiadamente preocupado com o que pensam grandes corporações estrangeiras, a ponto de funcionários públicos, ao exercerem de forma íntegra seu trabalho, serem vistos como ameaça ao governo.

O abjeto escândalo envolvendo a exoneração do secretário de Inspeção do Trabalho, Luiz Felipe Brandão de Mello, ilustra de maneira inquestionável a submissão do Estado brasileiro aos caprichos do capital internacional. O servidor foi demitido sumariamente pelo simples “crime” de cumprir seu dever cívico e legal: adicionar a montadora chinesa BYD ao cadastro de empregadores que submetem pessoas a condições análogas à escravidão.

A decisão técnica baseou-se em uma inspeção rigorosa que flagrou 163 trabalhadores em regime de exploração severa durante a construção da fábrica da empresa no país. Contudo, essa constatação factual foi violentamente atropelada por ordens políticas diretas do Ministério do Trabalho. A diretriz governamental foi clara e imoral: poupar a corporação asiática da temida “lista suja” e acobertar os abusos.

A tradicional retórica de defesa incondicional dos direitos trabalhistas foi instantaneamente jogada no lixo para proteger os investimentos de uma parceira estratégica de Pequim. Evidencia-se, assim, uma interferência política descarada que corrói a independência dos auditores-fiscais e escancara a transformação das leis nacionais em artigos negociáveis. O território brasileiro converte-se em mero balcão de negócios, onde a soberania é rifada para agradar ditaduras e monopólios globais, institucionalizando uma diplomacia de subserviência contínua.

Mas talvez ainda não se tenha percebido esse comportamento subserviente aos estrangeiros por parte de Lula, que sempre gostou de bancos lucrando muito, da primarização da economia e de estrangeiros coordenando a economia política.

O episódio humilhante da montadora não é uma anomalia isolada, mas a regra fundamental de um projeto de poder que terceiriza as decisões estratégicas da nação. A abdicação da soberania repete-se de forma igualmente dócil na atual agenda de transição energética, uma política desenhada não para garantir a segurança e o desenvolvimento industrial do Brasil, mas para acatar cegamente as cartilhas globalistas.

O país adota de forma passiva e submissa o plano arquitetado por agentes do establishment internacional, como Paul Polman, impondo ao setor produtivo nacional normas ambientais asfixiantes e metas draconianas. Obedece-se a um imperativo verde que agrada tesouros estrangeiros, fóruns multilaterais e elites do capitalismo rentista, mas que impõe um custo insustentável ao trabalhador comum e à economia real. Por meio dessa submissão contínua, trava-se a exploração de riquezas essenciais, como as reservas de petróleo da Margem Equatorial, enquanto a região amazônica é tratada, na prática, como um protetorado de organizações não governamentais internacionais. O Brasil aceita o papel de devedor climático para justificar amarras ao desenvolvimento, assumindo o ônus de uma transição que apenas beneficia o imperialismo ecológico das potências centrais. A economia é sufocada por regulamentações ditadas de fora, consolidando o empobrecimento programado da população.

No fim das contas, o interesse de Lula é vender o Brasil para usar sua clientela estrangeira, super satisfeita, como meio de desequilibrar a balança política e se manter no poder. Nunca foi sobre ter um Brasil soberano; sempre foi sobre a perpetuação dos petistas no poder.

- **A soberania vira fachada** quando funcionários públicos são punidos por cumprir a lei e contrariar interesses de corporações estrangeiras.
- **O caso BYD** expõe a captura política de procedimentos técnicos e a conversão das leis nacionais em itens negociáveis.
- **A transição energética liberal-globalista** consolida a dependência externa, sufoca o desenvolvimento e serve como instrumento de perpetuação de poder, servindo como exemplo de subserviência petista.

